



Câmara de Vereadores de Canoinhas

Legislativo aberto à Comunidade

Rua: Três de Maio, nº 150

www.canoinhas.sc.gov.br

(47) 3622-3804

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

“AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS IMPACTOS DO INSS DIGITAL PARA A POPULAÇÃO DE CANOINHAS E REGIÃO”

Aos dezenove dias de novembro de 2021, às nove horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Canoinhas, comparecerem representantes do Poder Legislativo da região, representantes do Poder Executivo da região, assistentes sociais e demais categorias de profissionais da região, diversas entidades e população em geral, para participar da Audiência Pública realizada a pedido da vereadora Zenilda Lemos, por meio do requerimento n.º 522/2021, movimentação do Núcleo de Base do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC – NUCRESS região Planalto Norte e parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde de Canoinhas, com o objetivo de discutir “os impactos do INSS digital para a população de Canoinhas e região”. Com a palavra o senhor Carlos Eduardo Vipievski iniciou a audiência, explicando que esta tem como finalidade de discutir e apresentar sugestões e encaminhamentos sobre “os impactos do INSS digital para a população de Canoinhas e região”, que esta tem como objetivo discutir os impactos e solicitar às autoridades competentes o retorno das perícias médicas e atendimento presencial na agência do INSS em Canoinhas, assim como realização de concurso público para preenchimento do efetivo; convidou a vereadora Zenilda Lemos, autora do requerimento que ensejou a presente audiência, e o vereador Gilmar Martins para ocuparem seus lugares de destaque como anfitriões do evento; convidou o prefeito Beto Passos e o vice-prefeito Renato Pike para ocuparem seus lugares; convidou as secretárias de Assistência Social e da Saúde, Zenici Dreher e Kátia Oliskowski para ocuparem seus lugares; convidou também Viviana Seleme, presidente do Conselho Regional de Serviço Social; Doutor Israel Dias dos Santos, Presidente da OAB de Canoinhas; Reinaldo Lima Júnior, presidente da Associação Comercial de Canoinhas. Convidou o Prefeito Beto Passos para fazer suas considerações. Com a palavra, o prefeito reforçou que desde 2017 os prefeitos da região lutam para que o atendimento do médico perito retorne para a agência, garantindo atendimento para todos os moradores da região; que com o INSS digital, os municíipes estão sendo relegados a segundo plano, pois muitos não possuem acesso aos meios digitais e telefônicos; que neste ano 1500 pessoas da região buscaram o INSS para solicitar auxílio-doença; que é importante que lutem por aqueles que não possuem as condições financeiras para locomover-se a outros municípios para fazerem a perícia; que exigem que o INSS volte a ter médico perito em Canoinhas e que voltem com o retorno presencial da agência; que compromete-se a ir pessoalmente a ir em Brasília para entregar a moção feita nesta audiência. Em seguida, convidou-se o presidente da OAB, Israel Dias, para suas considerações. Com a palavra, o senhor Israel ressaltou que é um escárnio a falta de perito médico e a agência fechada em Canoinhas; que precisam do apoio dos parlamentares federais; que caso não recebam resposta em poucos dias, devem fazer um protesto em frente à agência do INSS; que é uma afronta não possuir peritos médicos;

Canoinhas – Santa Catarina



Câmara de Vereadores de Canoinhas

Legislativo aberto à Comunidade

Rua: Três de Maio, nº 150

www.canoinhas.sc.gov.br

(47) 3622-3804

que o atendimento telefônico do INSS demora horas para atender os usuários; que todos devem unir-se pelo povo canoinhense e da região para conseguir uma solução. Após, convidou-se o vice-prefeito Renato Pike para suas considerações. Com a palavra, o vice-prefeito destacou que esta luta com o INSS começou há oito anos; que é inadmissível não ter um perito para a região; que está na hora de cobrar uma solução dos representantes; que devem fazer uma agenda positiva com políticos para cobrar do Governo Federal; que quase 90 mil pessoas estão sem atendimento pelo INSS; que o Município está a disposição para fazer o que for possível para auxiliar. Em seguida, convidou-se a senhora Viviana Seleme, presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS SC, para suas considerações. Com a palavra, a senhora Viviana destacou a relevância do debate do tema, que a previdência social está com sua estrutura fragilizada e sofre com o desfinanciamento de tudo que é voltado para a classe trabalhadora, no sentido de direitos e garantias adquiridos desde a constituição de 1988; que os cidadãos sofrem com acesso ao sistema informatizado do INSS, que não é acessível; que muitos usuários necessitam de ajuda para acessar o sistema; que o número de servidores do INSS diminui gradativamente, sendo substituídos pela informatização precarizada, dificultando o acesso de muitas pessoas; que a Lei Federal 14176/2021, alterou a lei orgânica de assistência social, modificando os critérios de acesso ao BPC – benefício de prestação continuada, restringindo-se o acesso e aumentando-se os critérios, para que cada vez menos pessoas possam acessar seus direitos; que os assistentes sociais devem lutar pelos direitos que estão sendo perdidos cotidianamente e que deve haver um movimento coletivo oferecendo resistência, que a audiência pública também se deu pela movimentação da representatividade da categoria dos Assistentes Sociais através do NUCRESS região Planalto Norte. Por fim, convidou-se o vereador, Presidente da Câmara, Gilmar Martins, para suas considerações. Com a palavra, o vereador Gilmar Martins frisou a importância do evento para a região; que possuem uma agência no centro da cidade que não realiza atendimento para a população da região; que os necessitados demoram meses para conseguir realizar uma perícia, ficando, neste tempo, desassistidos; que o Balcão da Cidadania foi criada nesta Casa para auxiliar os munícipes; que devem buscar com os representantes em Brasília uma solução para as pessoas que estão com tanta dificuldade; convidou a vereadora Zenilda Lemos para presidir os trabalhos, desfazendo-se a mesa de autoridade e declarando aberta a audiência pública. Com a palavra, a vereadora Zenilda Lemos comentou que em 2017, a média de atendimento por dia era 250 pessoas, com três peritos fazendo os atendimentos; que já houve muita luta para o retorno das perícias, sem sucesso; que as perícias médicas precisam retornar e o INSS precisa abrir as portas; convidou a assistente social Angéla Rocha para a vice-presidência; assistente social de Bela Vista do Toldo, Mariane Gonçalves, para a primeira secretaria; assistente social da APAE, Denise Cardoso, para segunda secretaria; convidou, também, a senhora Alessandra Couto, palestrante do dia, diretora do SINDPREV, para assumir seu lugar na mesa. Em seguida, realizado pela presidente a leitura do Regimento Interno da Audiência Pública. Após a leitura, convidou-se a senhora Alessandra Couto para proferir sua palestra. Com a palavra, a senhora Alessandra Couto abordou a implantação do INSS Digital a partir de 2017, o



Câmara de Vereadores de Canoinhas

Legislativo aberto à Comunidade

Rua: Três de Maio, nº 150

www.canoinhas.sc.gov.br

(47) 3622-3804

qual trouxe a piora dos serviços prestados pela Instituição, acarretando na perda do atendimento presencial, exceto para os serviços de perícia médica, serviço social e reabilitação profissional num primeiro momento, com posterior inclusão do serviço de justificação administrativa e por último, frente a incapacidade dos serviços remotos em ser acessível às pessoas com deficiência e idosos, atendimento presencial para alguns assuntos pré determinados pelo INSS; que apesar do discurso da Instituição de que a mudança traria a modernização da administração pública acompanhada pela eficiência e mitigação das demandas judiciais, os dados extraídos do próprio INSS trazem que até outubro de 2021 eram 1.825.123 requerimentos que aguardavam análise do órgão, sendo desse montante 536.626 requerimentos de auxílio-doença e outros 565.119 de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência que também terão que passar por avaliação médica pericial, além da crescente judicialização do acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais; que a capilaridade do INSS, que se distribui no território nacional com mais de 1700 Agências da Previdência Social não reflete necessariamente numa prestação de serviços mais próximos dos cidadãos: muitas dessas Agências não contam com profissionais de perícia médica e, outras com equipes que não suportam a demanda existente mantendo a triste realidade da demora, desassistência e imposição de deslocamentos para outras localidades; que somado a esse cenário, cuja crise sanitária intensificou os problemas, em janeiro de 2019 a perícia médica deixou de ser um serviço oferecido pelo INSS passando a compor serviço da Subsecretaria de Perícia Médica Federal, o que trouxe mudanças internas nos fluxos e normativas; que cabe esclarecer à população e aos órgãos públicos os efeitos dessas mudanças na vida da população para que sejam cobradas mudanças e caminhos para atendimento de qualidade. Ato contínuo, realizado pela primeira-secretária a leitura das perguntas encaminhadas para a mesa. Primeira pergunta: “a cobrança de valores, recebidos de forma indevida, segundo o INSS, é realidade, gostaria que você esclarecesse o que pode acontecer com os usuários e o que pode ser feito.” Com a palavra, a senhora Alessandra explanou que a cobrança indevida é a última etapa do processo de apuração de irregularidades, sendo na concessão ou manutenção; que o processo garante a ampla defesa; que muitas vezes pode acontecer de o usuário estar com endereço desatualizado, não recebendo a intimação para apresentar a sua defesa, por isso, é de extrema importância manter o endereço atualizado; que os usuários devem buscar a assistência social para tentar apresentar a defesa fora do prazo ou a defensoria pública, para recorrer judicialmente. Após, a primeira-secretária seguiu com a leitura; realizado a leitura de uma sugestão, pedindo o retorno das perícias e do atendimento presencial, pois os usuários não estão aguentando mais a situação; outra pergunta solicitou esclarecimentos acerca do direito ao BPC, referente a questão dos portadores de deficiência especial, não considerando a renda da família. Com a palavra, a senhora Alessandra esclareceu que o BPC não possui critérios diferenciados conforme a deficiência; que para o acesso, será aplicado o critério do grupo familiar e, consequentemente, renda familiar, conforme previsão legal, que é feita a análise caso a caso. Após, realizado a leitura de outra pergunta: “Os sindicatos rurais foram excluídos do processo de auxílio nos processos de benefício e desautorizados a fazer declarações de atividade, existe possibilidade de retorno desse direito?” Com a palavra, a senhora



Câmara de Vereadores de Canoinhas

Legislativo aberto à Comunidade

Rua: Três de Maio, nº 150

www.canoinhas.sc.gov.br

(47) 3622-3804

Alessandra declarou que não sabe informar, que seria necessário um representante do INSS trazer esta informação; que acredita que possibilidade há; que o Ministério Público deve ser envolvidos nessas situações, visando a retomada dos direitos e cessação de violações. Logo após, passou-se para as manifestações orais. Solicitado à segunda-secretaria para anunciar os nomes, sendo o primeiro o senhor Fernando Augusto da Rocha Correia. Com a palavra, o senhor Fernando perguntou a quem deveria encaminhar suas reclamações, pois há muito tempo os problemas não são resolvidos, por que existe diferença entre avaliações dos peritos médicos. Com a palavra, a senhora Alessandra declarou que não tem resposta para o questionamento, apenas compartilha a indignação sobre a situação, que o INSS deveria responder o porquê de não haver padronização nos atendimentos médicos; que como sindicato, sempre destacam a necessidade de ampliação de servidores, visando garantir a qualidade do serviço para a população. Anunciado o nome da senhora Norma Pereira para manifestação oral. Com a palavra, a senhora Norma ressaltou a importância do investimento em serviço público de qualidade; que há muito tempo o estado afasta-se do cidadão e coloca a responsabilidade pra sociedade; que o INSS deveria responder a perícia médica no mesmo dia que esta é feita; que o segurado tenha a opção de usar o banco de seu município para receber seu benefício; que as solicitações de benefício sejam analisadas na ordem de chegada. Com a palavra, a senhora Alessandra destacou que as alterações do INSS trouxeram esses impacto negativo; que anteriormente o resultado da perícia era entregue logo após esta, salvo alguns casos; que hoje a pessoa deve entrar em contato com o INSS por telefone para saber do resultado, muitas vezes não conseguindo verificar este, causando prejuízo; que a questão dos bancos também surgiu da implantação do INSS digital. Em seguida, passou-se a palavra para a vereadora Juliana Maciel. Com a palavra, destacou que o que está acontecendo na agência de Canoinhas é uma falta de respeito com os servidores que lá trabalham e com a população da região; que a previdência social é garantia fundamental do cidadão, os quais contribuem mensalmente para esta; que pedem respeito e reconhecimento aos cidadãos do Planalto Norte; questionou se a palestrante saberia informar se o Ministério Público Federal realizou algum ato em defesa dos direitos difusos e coletivos. Com a palavra, a senhora Alessandra comentou que fizeram um uma denúncia pormenorizada em 2018 sobre os impactos para os benefícios assistenciais. Em seguida, passou-se a palavra para a senhora Daiane de Souza Gomes. Com a palavra, a senhora informou que representa a deputada estadual Paulinha, que está junto com a causa, que já encaminharam uma moção no ano passado para o INSS, não recebendo resposta; que a deputada está a disposição para o que for necessário. Após, passou-se a palavra para a vereadora Tati Carvalho, com a palavra, expressou ser uma vergonha estarem lutando tanto e aguardando resposta para que se consiga abrir as portas da agência do INSS de Canoinhas; reforçou que a união de todos é imprescindível para que consigam atingir seus objetivos. Ato Contínuo, realizado pela vice-presidência a leitura da moção 'Impactos do INSS digital para a população de Canoinhas e Região'. Prorrogado a audiência por mais quinze minutos. Logo após, realizado pela primeira-secretaria a leitura da 'moção de repúdio à Lei 14.176 /2021'. Nada mais havendo a tratar,



Câmara de Vereadores de Canoinhas

Legislativo aberto à Comunidade

Rua: Três de Maio, nº 150

www.canoinhas.sc.gov.br

(47) 3622-3804

a Presidente declarou encerrada a Audiência Pública, e para constar lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos que seguem na lista de presença em anexo.